



## CONTRIBUIÇÕES MULTIDISCIPLINARES NO AMBIENTE ESCOLAR – O OLHAR DO FUTURO PROFISSIONAL

Clóvis Nicanor Kassick<sup>1</sup>  
Ana Maria Bortolanza<sup>1</sup>  
Rafael Cardoso da Silva<sup>2</sup>  
Deivid Giraldi<sup>3</sup>  
Gilvan Medeiros<sup>4</sup>  
Gilvan Luiz Machado Costa<sup>5</sup>  
Chirley Domingues<sup>6</sup>  
Fernando Fabichaki Pereira<sup>7</sup>

### RESUMO

O presente relatório expressa as atividades realizadas no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional-PROESDE. Após estudos realizados no PROESDE 2019, relatórios apresentados na SED apontaram dificuldades que as escolas enfrentarão para a implementação do Novo Ensino Médio. Apresenta as reflexões realizadas no âmbito do **2º Módulo: Educação, Cidadania e Desenvolvimento. Foram nove os encontros aqui relatados.** Ao longo e ao final dessa etapa, os alunos bolsistas do referido módulo apresentaram suas reminiscências do Ensino Médio. Esse movimento ajuda a compreender os desafios para a implantação do Novo Ensino Médio. De modo particular, a Escola de Educação Básica Prefeito Pedro Bittencourt, do município de Imaruí, foi priorizada nas propostas, sobretudo nos últimos encontros. Tal escolha se deu pelos indicadores educacionais e sociais da referida escola e município.

**Palavras-chave: Educação Básica; Novo Ensino Médio; Escola; Imaruí.**

### 1 INTRODUÇÃO

Iniciamos os encontros do 2º Módulo do PROESDE, que teve como temática **EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO** no dia 25 de julho de 2020. Ao longo e ao final dessa etapa, os alunos do referido módulo apresentaram propostas para

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>2</sup> Egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>3</sup> Egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>4</sup> Egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>5</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>6</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

<sup>7</sup> Egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISUL

subsidiar as Escolas de Educação Básica de Santa Catarina na superação das dificuldades enfrentadas para a implantação do Novo Ensino Médio. De modo particular, a Escola de Educação Básica Prefeito Pedro Bittencourt, do município de Imaruí, foi priorizada nas propostas, sobretudo nos últimos encontros. Tal escolha se deu pelos indicadores educacionais e sociais da referida escola e município.

Pensando no processo e nesse objetivo final, entendemos que os alunos, no decorrer dos encontros semanais de 5h, deveriam dedicar parte do tempo na realização de atividades que contribuíssem para a elaboração de uma proposta que viesse ao encontro da qualidade social pretendida ao Ensino Médio. Nossa sugestão foi, já nos primeiros encontros, depois de abordado e discutido o conteúdo programado, que eles elaborassem, individualmente, um Memorial no qual registrassem a experiência vivida no Ensino Médio, dando ênfase às condições de oferta dessa etapa da Educação Básica nas escolas frequentadas. A infraestrutura da escola, por exemplo, poderia ser o foco do memorial no primeiro encontro. A formação e as condições de trabalho dos professores, poderiam ser focadas no segundo encontro. A organização curricular, bem como os aspectos positivos e negativos do processo de formação deles nessa etapa da Educação Básica, poderiam ser tratados no terceiro encontro. Ao final desses primeiros encontros, o grupo produziu um novo texto, ou um esquema (Mapa Conceitual), no qual foram contemplados os pontos convergentes dos relatos e os aspectos que particularizaram as experiências vividas por cada um.

No quarto e quinto encontro, após a explanação da temática abordada pelos professores, a sugestão foi que, reunidos em grupos formados por 4 pessoas, os alunos incorporassem aos memoriais aspectos do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos e responsabilidade social negligenciados ou potencializados nas experiências de estudante do Ensino Médio. Neste dia, a sugestão foi que, depois da socialização, eles elaborassem um painel com os principais problemas e ideias destacados nos pequenos grupos. Ao final dessa primeira sequência de atividades, entendemos que os alunos já estavam mais próximos do projeto a ser por eles elaborado.

A partir do sexto encontro, iniciamos uma segunda etapa dos trabalhos. Os alunos, então, se aproximaram do contexto das escolas de ensino médio brasileiras e catarinenses e, de maneira particular, da escola partícipe do projeto, uma vez que muitos dos problemas são comuns a todas as escolas básicas do nosso país.

## 2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

### 2.1 Primeiros encontros: educação e desenvolvimento regional

#### 2.1.1 A Natureza e especificidade da educação: Professor Doutor Clovis Nicanor Kassick

Nesse primeiro encontro, realizado no dia 25 de julho de 2020, o professor abordou e discutiu sobre os aspectos da Educação e sua função social em articulação com a desejada qualidade da última da Educação Básica, o Ensino Médio. Atribuiu ênfase às condições de oferta dessa etapa da Educação Básica nas escolas, com destaque a infraestrutura escolar. Solicitou aos alunos bolsistas que escrevessem sobre suas reminiscências da escola de Ensino Médio que frequentaram, mormente, aos espaços físicos disponibilizados e sua adequação à formação integral.

#### 2.1.2 A educação para o desenvolvimento social e pessoal: Professora Doutora Ana Maria Esteves Bortolanza

O segundo encontro, em 01e agosto de 2020 foi organizado e realizado por mim, professora Ana Maria Esteves Bortolanza. Nesse encontro discutimos **o desenvolvimento e formação da personalidade do estudante**, tendo em vista o papel do professor e da escola para compreender quais são as implicações para a personalidade do estudante.

O Prof. Dr. Armando Marino Filho, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ministrou a palestra: **Educação e Desenvolvimento Humano**, com uma carga horária de 3 horas pela manhã. No período da tarde (2 horas) fizemos a discussão da fala do professor e das falas dos participantes, uma vez que durante a fala do professor, vários alunos fizeram perguntas. Os alunos escreveram um pequeno memoria no EVA que foram lidos e comentados por mim. Foi aberto um Fórum com a seguinte orientação: “Vou deixar aberto o Fórum para postarem o Memorial até sábado, conforme combinamos. Escrevam sobre as memórias que cada um tem sobre seu desenvolvimento na escola de ensino médio, considerando as relações estabelecidas com os professores, os colegas, os objetos, as situações vivenciadas etc.”

Pelos memoriais, posso afirmar que os participantes participaram e fizeram uma reflexão sobre o desenvolvimento de sua personalidade na relação com a escola que frequentaram.

Seguem alguns desses memoriais:

*O ser humano é um ser biológico e cultural, portanto, o desenvolvimento do mesmo é resultado de fatores que ocorrem sem intervenção humana, de maneira natural e fatores criados pelos homens, fruto da atividade social. Além do homem ser produto do ambiente, é também ativo na criação do meio, não somente sendo influenciado, mas agindo sobre ele.*

*Dessa forma, o desenvolvimento não é passivo e deve ser intencionalmente proposto, pois, quanto mais o ser humano aprende, mais ele se desenvolve.*

*No meu ensino médio desenvolvi habilidades que carrego até hoje e que ocorreram mediante o meio que eu estava inserida, juntamente com minha atitude frente as situações e auxílio de professores. Cada indivíduo que concluiu o ensino médio, finaliza com uma postura, um desenvolvimento único.*

*Todos seres humanos têm sua filogênese, sua história de espécie animal, nos permite por exemplo, andar e não voar. Também possui ontogênese, que diz respeito ao desenvolvimento do ser. E não menos importante, possui sociogênese, que se trata da história cultural do sujeito. Conseqüentemente, o desenvolvimento humano não está determinado no nascimento e o que irá promover-lo, será a aprendizagem, por isso a importância da interferência de outras pessoas. (ALINE, 01/08/2021)*

Outro memorial:

*Meu ensino médio foi cursado no Colégio Elisa Andreoli, localizado em Berreiros, São José. Era ministrado no período matutino, com a aula de educação física e laboratorial em um dia específico da semana no período vespertino. Em relação ao conteúdo ministrado em nossa aula no PROESDE no dia de hoje, pelos professores responsáveis, sinto que o contato próximo com cada aluno e professor, criou um clima familiar entre todos, respaldados em respeito e contribuição mútuos. Experiências que, em minha opinião, contribuíram para o amplo desenvolvimento de minha consciência e formação como ser humano.*

*A possibilidade de grande interação com colegas se deu pelo fato de nos conhecermos no sexto ano do ensino fundamental e seguirmos juntos até a conclusão do ensino médio. Isso gerou o acompanhamento de conquistas e derrotas de cada um, sendo possível desenvolver a*

*capacidade de zelar e cuidar do próximo, desenvolvendo, ao meu ver, minha consciência acerca da importância do coletivo e de contribuir para o bem do próximo.*

*Com os professores a história não foi muito diferente. Ao verem a interação e criação de vínculo entre seus alunos, de igual forma sentiram vontade de fazer parte e agregar em nossas vidas. A criação do afeto, neste caso, com pessoas mais velhas, desenvolveu em mim o respeito à história dos mais experientes, assim como valorizar suas opiniões e refletir sobre elas.*

*Assim, creio que o fato de o convívio no ensino médio ter sido a extensão da minha casa, lugar onde eu podia unir minha educação e princípios e, de igual forma, compartilhá-los com pessoas com as quais era possível debater e ampliar o conhecimento, foi um momento em minha vida muito importante para definir minha consciência humana.*

(MANUELLA, 01/08/2020)

Acredito que o encontro contribuiu para a tomada de consciência dos participantes do PROESDE em relação ao papel da escola na formação da personalidade do estudante.

### 2.1.3 Estado, sociedade e desenvolvimento sustentável: Professor Mestre Rafael Cardoso da Silva

Com o objetivo de proporcionar ao estudante um maior embasamento acerca do tema **Estado, sociedade e desenvolvimento sustentável**, a aula iniciou com uma discussão acerca das mudanças ocorridas em nossa sociedade nos últimos anos, abordando aspectos relacionados às novas competências demandadas pelos atores da sociedade civil, à diferença entre informação e conhecimento e acerca da necessidade das instituições de ensino se adequarem a este novo contexto. Também realizamos um debate acerca do potencial da criatividade e sua relação com os espaços educativos, tendo em consideração as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, isto é, na busca das instituições privadas por profissionais polivalentes que possuem interesse em aprender continuamente, bem como o impacto da criatividade na busca do desenvolvimento sustentável.

Após a discussão acerca de tais mudanças, iniciamos um diálogo sobre as deficiências educacionais da nossa região, principalmente nos anos iniciais, pois afeta diretamente o ensino superior. Neste momento, muitos estudantes relataram as dificuldades tidas ao ingressar no ensino superior. É importante ressaltar que durante toda a aula foi incentivada a

participação dos estudantes no debate, com o objetivo de proporcionar uma maior riqueza de vivências e uma reflexão mais contextualizada.

Também discutimos acerca da relação entre a educação e produtividade, destacando como um profissional de formação sólida contribui para o desenvolvimento sustentável, principalmente através da inovação. Diante deste contexto, fizemos um resgate histórico sobre a escassez de profissionais qualificados durante os períodos de crescimento econômico. Para fundamentar a discussão com os estudantes, apresentei uma série de elementos relacionados à escola e ao trabalho, tais como a dificuldade das escolas de acompanharem as necessidades do mundo do trabalho, a necessidade de proporcionar uma educação de qualidade, isto é, que contemple o contexto do estudante e proporcione meios para o desenvolvimento sustentável.

Finalizada a discussão sobre os temas anteriores, debatemos de forma sucinta os seguintes temas, a necessidade da educação de massa, a constituição da sociedade moderna e seus impasses e os desafios da educação, objetivando facilitar a compreensão do estudante sobre as atividades que seriam realizadas.

### **Atividade Proposta**

Após a discussão acerca da temática, os estudantes foram reunidos em grupos formados por aproximadamente 4 pessoas, para que realizassem um resgate de suas experiências no ensino médio sobre os aspectos ligados ao desenvolvimento sustentável, com base das discussões realizadas anteriormente. É necessário ressaltar que não foram estipulados os tópicos a serem abordados, buscando assim evidenciar os elementos que os estudantes acreditam serem fundamentais a serem trabalhados na instituição de ensino.

Após a realização dos relatos, os grupos socializaram as suas experiências com os demais integrantes. Diante do exposto, cabe aqui algumas considerações, primeiramente é proveitoso evidenciar que os estudantes podem contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, pois destacaram aspectos significativos e abordam conteúdos que muitas vezes são desconsiderados nos espaços formais de educação, principalmente relacionado ao aspecto ambiental e social, além disto, os relatos permitiram uma compreensão significativa do contexto educacional da nossa região. Ficou clara, ainda, a grande lacuna existente entre a escola pública e a privada. Grande parte dos estudantes de escola pública informaram que os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável foram pouco trabalhados no ensino médio, assim como atividades extracurriculares neste sentido, na medida em que os estudantes de escola particular informaram a forte presença

deste tema, mas visando o ingresso no mercado de trabalho, desconsiderando aspectos ligados à causa social e ambiental.

Diante de tais relatos, foi realizado um debate com o objetivo de discutir os pontos em comum e as diferenças levantadas. Com as conversas realizadas ficou claro os desafios educacionais existentes, tendo em vista que cada estudante possui objetivos específicos com relação à escola, portanto, há uma grande dificuldade de as instituições de ensino atenderem os diversos interesses existentes. Outro aspecto muito presente no discurso dos estudantes diz respeito à estrutura existente nas escolas. Muitos declararam que as instituições de ensino possuíam deficiência em relação à estrutura, sendo primordial para a formação do estudante.

Seguem alguns relatos dos estudantes apresentados na atividade exposta, para melhor compreensão do leitor.

*“Primeiramente, gostaríamos de dizer que as experiências são completamente diferentes umas das outras, e, portanto, ainda assim se complementam. A maior parte do nosso ensino foi em escola pública, mas uma de nós possui certa experiência ainda que mínima, mas que possui uma gritante diferença, em escola particular durante o primeiro ano do ensino médio.”*

*“ Em análise junto ao grupo, apesar das particularidades de cada um, em virtude de serem escolas particulares e públicas cursadas em diferentes locais, pode-se notar que a grande problematização do ensino médio foi a forma de aplicação da metodologia, e os professores que ministravam as aulas, uma vez que demonstraram-se em alguns casos desinteressados, apenas cumprindo seu papel e sua carga horária, não realizavam uma abordagem interessante para melhor forma de aprendizagem com os alunos e apenas ficavam horas e horas sem motivação lecionando a matéria sem preocupação se os estudantes estavam realmente aprendendo.”*

*“Em relação ao desenvolvimento sustentável abordado no meu ensino médio, inúmeras foram as didáticas utilizadas, desde vídeo aulas, debates sobre qual era a nossa opinião em relação ao assunto, qual era nossa atitude diante dessa problemática e como poderíamos ajudar na preservação do meio ambiente e adotar um modo de vida mais sustentável. Filmes e documentários que muitas vezes chocavam, mas serviam para nos conscientizar. Mesmo com algumas didáticas utilizadas, faltaram atividades práticas que fizessem o aluno ter mais interesse ao tema, prevaleceu uma grande lacuna na questão de como poderíamos realmente*

*colocar em prática essa questão sustentável, como poderíamos levar isso para dentro de casa, e inserir na nossa realidade.”*

## **Referências**

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1997, Rio de Janeiro. **Brasil século XXI**: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

GRONEMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, R. P. **Desenvolvimento sustentável**: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

2.1.4 Cidadania, direitos humanos e responsabilidade social: Professor Mestre Rafael Cardoso da Silva

A aula do dia 15 de agosto tratou do tema **Cidadania, direitos humanos e responsabilidade social**. Diferentemente da última aula, sobre a relação Estado, sociedade e desenvolvimento sustentável, na qual destacamos a educação voltada ao trabalho e ao desenvolvimento sustentável, neste dia nos debruçamos sobre o **papel da educação na formação do cidadão, conhecedor de seus direitos e suas responsabilidades**. Para tanto, iniciamos a conversa destacando as diferenças e semelhanças entre a cidadania e os direitos, bem como sobre a necessidade de abordarmos este tema em um país como o nosso e em uma instituição de ensino.

Logo após esta introdução, discutimos sobre a polêmica existente quando trabalhamos os **direitos humanos**. Este aspecto ficou ainda mais claro através dos relatos dos estudantes, alguns destes gerando debates fervorosos, o que ressalta ainda mais a necessidade de discutir este assunto em uma instituição de ensino. Diferentemente dos direitos humanos, quando se trata da cidadania, todos concordam acerca da sua importância.

Com o objetivo de enriquecer o debate em sala de aula, demonstrei alguns relatos de catadores de materiais recicláveis acerca de sua compreensão sobre o que é cidadania, proporcionando assim um maior envolvimento da turma e uma maior contextualização sobre o tema em questão. Para encerrar, apresentei alguns autores sobre a temática e suas definições sobre cidadania, como aporte teórico.

Acerca dos direitos humanos, iniciei o debate explicando sobre a deturpação existente sobre o tema, bem como a ambiguidade presente nos discursos políticos, ou seja, o modo em que os direitos humanos passaram a ser associado à defesa dos criminosos comuns. Diante do exposto, seguimos nosso diálogo com a seguinte indagação “Como esperar que os estudantes percebam a necessidade de se reconhecer, defender e promover os direitos humanos em nosso país?”. A partir dos relatos dos estudantes, seguimos para o esclarecimento sobre o que são os direitos humanos e em que eles diferem dos direitos do cidadão e em que se aproximam.

Diante das conversas realizadas, ficou claro para os estudantes que a cidadania é uma ideia eminentemente política que não está necessariamente ligada a valores universais, na medida em que os direitos humanos são universais. Ou seja, direitos que são comuns a todos os seres humanos sem distinção alguma.

Para reforçar o aprendizado acerca do tema, seguimos nosso debate com as características essenciais do ser humano, assim como as três gerações tidas nos direitos humanos. Por fim, conversamos sobre algumas obras literárias que abordam o tema da aula.

### **Atividade proposta**

A atividade realizada neste dia seguiu a mesma metodologia da aula anterior, isto é, os estudantes foram formados por grupos de aproximadamente 4 pessoas, para que realizassem um resgate das experiências tidas no ensino médio em relação ao tema **cidadania, direitos humanos e responsabilidade civil**. Tal como estipulado anteriormente, não foi determinado os tópicos a serem abordados, deixando livre ao grupo escolher os pontos que, na sua concepção, são de fundamental importância para a formação neste tema.

Diferentemente da atividade anterior, em que todos concordaram sobre os desafios educacionais relacionados ao desenvolvimento sustentável presentes nas instituições de ensino, a atividade sobre cidadania, direitos humanos e responsabilidade civil apresentaram bastante divergências de opiniões, gerando até mesmo alguns conflitos, o que reforça a necessidade de trabalharmos este tema com maior profundidade. Apesar das conversas

realizadas em sala de aula, muitas concepções ainda apresentaram ambiguidade por um lado, e deturpação voluntária de outro.

A atividade demonstrou um resultado significativo, ao modo em que proporcionou um diálogo aberto, isto é, um espaço em que os estudantes pudessem compartilhar as suas opiniões e refletir sobre as suas concepções. Diante disto, acredito que atividades desta natureza são essenciais ao ensino superior, tendo em vista que proporciona uma maior liberdade ao estudante e condiz com o contexto que vivenciamos.

Ao final da atividade, retornamos com a nossa conversa sobre a literatura que aborda questões relacionadas ao tema, a pedido dos estudantes, o que reforça a potencialidade da literatura na formação do estudante.

Seguem alguns relatos dos estudantes sobre a atividade proposta.

*“Meu Ensino Médio foi em escola particular e não abordou muito os conceitos de direitos humanos e cidadania diretamente que eu me lembre, no ensino fundamental havia mais iniciativas que trouxessem os temas. O foco do colégio era o vestibular então as poucas vezes em que os assuntos foram citados devem ter sido em Filosofia e Sociologia, no entanto era algo mais engessado, tínhamos uma apostila e líamos sobre os assuntos, não fazíamos debates ou algo assim que levassem a uma maior reflexão.”*

*“Abordagem não suficientemente clara, ficando algumas lacunas no que diz a respeito do papel do ser humano na sociedade. Ou seja, na questão prática mesmo. Como exercer. Assim, era trabalhado sobre aspectos de cidadania, porém não era incorporado pelos alunos pois não reconhecia de fato o que se faz com essa tal de cidadania... na ação prática. Tinha também um caráter próprio, já que era incluído em uma matéria específica (no caso, ensino religioso e filosofia). Portanto, foi apontado que como cidadãos e estudantes, temos o direito de saber nossos papéis e a escola tendo a capacidade para demonstrar isso. Era trabalhado alguns conceitos, por exemplo, em aulas de filosofia e educação religiosa. Porém, ficava somente no conceito, não abrangendo a ação.”*

*“A cidadania na minha escola foi bem vaga e foi mais uma introdução a Sociologia e quase não foi aprofundado, o termo era usado até que bastante sendo sempre que um cidadão possui direitos e obrigações com a sociedade. Quanto a Direitos Humanos sempre foi dito como algo para proteger bandidos, mas eu sei que é um direito global que qualquer um deveria ter.”*

## Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. (org.) **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice*. **O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

## 2.2 Encontros finais: **O Ensino Médio e a formação integral**

2.2.1 **Ensino Médio no Brasil: entre percursos e metas:** Professora Doutora Chirley Domingues

O trabalho desenvolvido no encontro do dia 22 de agosto teve início com um panorama do Ensino Médio no Brasil, com ênfase nas políticas públicas de formação de leitores, tema discutido pela docente na **tese intitulada *Entre o sensível e o inteligível: a formação do leitor literário no Ensino Médio é possível?***, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC e defendida em 2017. Trazer o tema para a formação proposta pelo 2<sup>a</sup> Módulo do PROESDE serviu como mote para levar os alunos, primeiramente, a refletirem sobre a sua própria formação leitora para, posteriormente, compreender a importância dessa formação em qualquer nível de ensino, levando-os a elaborarem proposições para fomentar atividades de leitura literária na escola alvo do projeto e, por extensão, na comunidade do município de Imaruí, com vistas a promover o acesso das crianças e dos jovens à leitura literária.

As discussões iniciais partiram de uma apresentação sobre as abordagens referentes à leitura em documentos como **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)**, **os Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN +)** e **as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM)**. Nesse sentido, ganhou notoriedade o fato de a leitura da literatura ocupar pouca expressão nos documentos citados, ficando apenas no último uma abordagem mais significativa da leitura literária. Dessa forma. Nos parâmetros curriculares, a ênfase no ensino da língua descortina a preocupação com uma formação que não considera a relevância

da leitura literária, ficando a literatura diluída no que se considera como “conteúdo tradicional”, como o próprio texto dos PCNs ilustra:

Ao ler este texto, muitos educadores poderão perguntar onde está a literatura, a gramática, a produção do texto escrito, as normas. Os conteúdos tradicionais foram incorporados por uma perspectiva maior, que é a linguagem, entendida como espaço dialógico, em que os locutores se comunicam (BRASIL, 2000, p.23).

Sem destacarem diretrizes específicas para o ensino ou a leitura da literatura, os PCNEM repetem o que historicamente se vê nas aulas de Língua Portuguesa, ou seja, a ênfase no estudo de conteúdos literários, que gravitam em torno do texto de ficção (DOMINGUES, 2017), deixando de apresentar o principal, ou seja, possibilitar a leitura do texto, propriamente dito. Como documento que tem por princípio servir de referência para os professores, os parâmetros perpetuam uma prática reducionista, uma vez que a literatura é “encarada em sua função de referencial linguístico” (OLIVEIRA, 2008, p. 47).

A falta de uma discussão mais significativa sobre a literatura levou muitos estudiosos a criticarem os que definem como um equívoco do documento. Frederico e Osakabe, em texto em que discutem a importância do contato do aluno com o texto literário na escola, destacam que “o modo como está implícito o lugar da literatura no documento autoriza o seu deslocamento a um plano significativo nas preocupações pedagógicas do Ensino Médio” (FREDERICO; OSAKABE, 2004, p. 72).

Ao trazer luz ao que os documentos estudados apresentam, provocamos os alunos a pensar sobre a própria formação pela qual eles passaram na educação básica e, sobretudo, no Ensino Médio. Solicitamos que escrevessem um memorial de leitura, no qual registrassem as experiências leitoras pelas quais eles passaram no contexto escolar (DINÂMICA 01), se elas contribuíram para que eles se tornassem leitores e se ainda hoje eles se consideram como tal.

## DINÂMICA 01

### **Memorial de leitura literária no Ensino Médio**

### **Propostas para realizar a leitura literária no contexto do Ensino Médio**

01. A partir das discussões realizadas no pequeno grupo, destacar abaixo as atividades/experiências de leituras vivenciadas no Ensino Médio.

02. Elencar as atividades propostas pelo grupo para realizar a leitura literária na escola no Ensino Médio.

**Aluno A** – Teve acesso a livros, acesso a literatura, ensino médio foi particular. Teve bom acesso, nada a reclamar. Até 2º ano estilos literários e no 3 estudo para vestibular, para identificar os tipos de literatura e fazendo um “reembre” focado nos livros.

**Aluno B**– Eu estudei em escola pública, nunca tive literatura, não tive nem redação minha escola era muito ruim e meus pais diziam que quem faz uma escola é o aluno então não me trocaram de escola e mandaram eu me virar falaram pra eu não fazer vestibular já que não estava preparada e disseram que pagariam uma faculdade já que não tibe embasamento suficiente pra fazer enem ou vestibular

**Aluno C** – Meu ensino médio foi publico, em todas as escolas que estudei tanto ensino médio quanto fundamental havia acesso a diversos livros, porém em aulas de Português a literatura não era estudada e nem os livros da biblioteca eram usados, o único momento que era lido algo de algum livro ou eram contos pequenos ou trechos e frases de algum livro que deveríamos analisar que estavam em alguma prova

**Aluno D** – Estudei em escola pública, e o acesso a livros de literatura tivemos apenas no ensino fundamental, onde tínhamos contato com os livros e leitura em sala. No ensino médio o estudo eera focado nos tipos de literatura e identificação das características dos mesmos para

**Aluno E** – Com relação a experiência com as atividades de leitura no ensino médio, posso dizer que foi muito aproveitável, pois os livros de literatura na biblioteca do colégio (Instituto Estadual de Educação) eram muito bons, com vasta diversidade e acompanhamento pelos professores dos livros que eram recomendados para os vestibulares. No laboratório de língua portuguesa tinham alguns exemplares para leitura lá mesmo no local, o que facilitava a questão da didática, os professores eram qualificados e dispostos a tirar dúvidas.

Os textos foram socializados, posteriormente, em pequenos grupos. Após um período de cinquenta minutos, nos reunimos no grande grupo e um membro de cada um dos pequenos grupos fez o relato sobre as experiências leitoras socializadas. Ficou evidente que muitos gostariam de ter uma formação leitora mais significativa. Grande parte deixou registrado a importância da escola para tal processo formativo e poucos se reconhecem como leitores literários, uma lacuna que muitos desejam superar.

Na segunda parte do encontro, recebemos a visita de duas jovens leitoras, hoje estudantes universitárias, que fizeram a formação escolar fora do Brasil. Na oportunidade, as duas convidadas relataram como se tornaram leitoras e como esse processo realizou-se em escolas por onde elas passaram em países como França, Portugal, Canadá e Irlanda. Os alunos tiveram a oportunidade de verificar que muitas atividades que exigem a leitura literária têm espaço na escola, quando se prioriza a formação desse leitor. Para tanto, é preciso que tal prioridade seja uma política de Estado e receba a valorização da comunidade escolar.

Após os relatos, os alunos foram convidados a pensarem em estratégias de leitura que pudessem ser realizadas na escola alvo do projeto. Organizados em pequenos grupos, eles deveriam elaborar propostas de formação leitora que incluísse atividades realizadas na escola, bem como organização de espaços de leitura no contexto escolar e atividades que possibilitassem o acesso ao livro literário, considerando que as políticas públicas de leitura no Brasil, como o PNBE e o PNLD, foram descontinuadas em 2017.

Depois de organizadas as atividades, os grupos deveriam postá-las no ambiente virtual, na aba EXPOSIÇÃO, para que todos os colegas tivessem acesso às sugestões elaboradas e pudessem contribuir com comentários. (DINÂMICA 02). Ao final dos trabalhos, evidenciamos que a experiência foi bastante positiva, pois além da participação dos alunos, seus relatos, ao final do encontro, revelaram que a pouca proximidade de muitos deles com a leitura literária precisava ser revista e alterada.

## **DINÂMICA 02**

### **GRUPO 1/SALA 02**

*Ideia de proposta para intervenção na escola:*

**PROJETO: Lê E Repassa- Escolas do município de Imaruí**

- **Rodízio de livros de 15 em 15 dias.**

**PRIMEIRO PASSO: LEITURA PESSOAL E GRUPOS DE LEITURA.**

- *Grupos de leitura e interpretação coletiva- acontecerá entre os próprios alunos, em momentos de grupo para que haja uma troca de experiências entre os alunos a partir de cada leitura que estão fazendo no momento.*

*Tais momentos devem ser fornecidos pelos próprios professores **durante a aula**, mediante parcerias interdisciplinares e a demonstração do interesse e motivação pela educação da*

leitura. Assim, abrindo possibilidades para opiniões críticas e debates a respeito de literaturas.

Além disso, dispõe-se também, mediante interesse dos alunos, encontros **nos intervalos**, por exemplo, das sextas feiras, de 15 em 15 dias para essas trocas rápidas de experiências com a leitura.

**Os livros e o manejo dos empréstimos podem ser feitos na biblioteca da escola.**

#### **SEGUNDO PASSO: TROCA ENTRE ALUNOS.**

- A biblioteca da escola deve apresentar, de maneira dinâmica, sugestões de livros que possam interessar aos alunos. As indicações não necessariamente precisam começar com livros clássicos, considerados uma leitura mais difícil, mas sim com livros que condizem com a idade dos alunos e seus gostos pessoais para, posteriormente, adentrar no mundo da literatura clássica. Assim, poderá ser fornecido uma **linha de literaturas a serem trabalhadas como sugestões** para se determinar a sequência de leituras, como por exemplo: leitura de poesias, romances, crônicas, contos, listagem de obras clássicas.
- O principal é despertar o **interesse** dos alunos para que comecem por pequenos passos a serem leitores.
- O projeto poderia ser vinculado à **biblioteca** da escola, e também expandida, se possível, para a municipal, para que os alunos se familiarizassem com o ambiente e que agregassem com os livros mediante o incentivo à leitura. Assim, torna-se dentro do projeto uma participação direta entre biblioteca e aluno, além disso, possibilitando o contato e concretizando a viabilização do acesso as literaturas.

#### **TERCEIRO PASSO: TROCA ENTRE ALUNOS E PROFESSORES (demais envolvidos).**

- Como atividade secundária, podem ser realizadas **feiras de arrecadação de livros** para que dentro destes espaços sejam disponíveis livros de literatura doados pela comunidade escolar. Assim, podem ser feitas trocas de experiências entre alunos e professores.
- Além disso, podem ser realizados **murais coletivos** feitos a partir das trocas sobre livros também aproveitando os momentos em grupo.
- Devem ser realizados com incentivos dos professores eventos, como **sarais**, que evidenciem a literatura e **experiência pessoal**.
- Também podem ser incorporados por todos os professores o caráter da **formação leitora**, bem como a utilização deste vínculo com os alunos e como leitores.

## GRUPO 02/SALA 02

**Profa. Dra. Chirley Domingues**

**Tema: O Ensino Médio no Brasil: entre percursos e met**

### ATIVIDADE

*Memorial de leitura literária no Ensino Médio*

*Propostas para realizar a leitura literária no contexto do Ensino Médio*

- *A partir das discussões realizadas no pequeno grupo, destacar abaixo as atividades/experiências de leituras vivenciadas no Ensino Médio.*
- *Elencar as atividades propostas pelo grupo para realizar a leitura literária na escola no Ensino Médio.*

*Em nossa equipe quatro integrantes estudaram em escola pública e um em escola particular. Como características comuns foi relatado a falta de vontade de ler no Ensino Médio talvez por ser uma obrigação; não haviam grandes incentivos à leitura por parte das escolas, não era passada a importância da leitura para a vida, as leituras que ocorriam em ambiente escolar era geralmente de livros previamente determinados pelos docentes ou de livros que seriam cobrados em provas de vestibular; Por último, com um dos colegas a leitura chegava a ser passada como um castigo, em caso de desobediência, os alunos eram forçados a ir para a biblioteca ficar lendo.*

#### ***Intervenção na escola:***

*Como primeira opção de intervenção pensamos em fazer uma gincana literária engajando as turmas do ensino médio. Cada uma poderia escolher um livro de comum acordo, e a partir dele montar uma forma lúdica de apresentar para as demais turmas, como opções poderia ser feito um teatro, cartazes, músicas etc. A partir disso poderia ser elegido a apresentação mais criativa e então haver um prêmio como uma comemoração com salgadinhos e um troféu simbólico, que no ano seguinte seria passado para o próximo ganhador.*

*Como uma alternativa à primeira opção, tivemos a ideia de um Quiz Literário, onde poderia se reunir as turmas dos primeiros, segundos e terceiros anos, e a partir de um livro escolhido para ser o projeto do ano (decisão a partir de conversa entre professores e alunos), seriam propostas diversas atividades durante todos os bimestres como teatros, produções textuais e afins, e em um dia específico, realizar uma gincana sobre o livro, onde teriam atividades como perguntas sobre a obra, paródias, danças, tudo isso com o objetivo de ganhar um prêmio estimulado pela escola, a partir dessa atividade seria estimulado além da leitura, diálogo, discussão, criatividade e trabalho em equipe. Ao final do ensino médio os adolescentes que cursassem os 3 anos na escola, levariam como bagagem no mínimo a leitura de 3 livros.*

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. In: BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. DCNEM. In: BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio**. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Literatura. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)>.

OSAKABE, Haqira. Poesia e indiferença. In: PAIVA, Aparecida et al. **Leitura Literária**: discursos transitivos. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Gabriela Rodella de. **O professor de português e a literatura**: relações entre formação, hábitos de leitura e práticas de ensino. Tese (doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31012014-121057/pt-br.php>>. Acesso: 10 jan de 2016.

## 2.2.2 Lei 13414/2017 e a Implementação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina: Professor Mestre Gilvan Medeiros

O trabalho desenvolvido no encontro do dia 29 de agosto teve início com uma conversa sobre como foi o Ensino Médio dos alunos, seus limites e suas possibilidades. Após os relatos dos alunos, trouxe para a discussão o “novo” Ensino Médio no Brasil, mostrando toda a sua estruturação, as novidades, as suas especificidades.

Para contribuir com o nosso encontro e trazer para os alunos uma noção do atual cenário da Educação brasileira, mais precisamente, a última etapa da educação básica, foi discutido com os alunos os dados do **Censo Escolar de Santa Catarina, com ênfase no trabalho docente.**

Com isso, os alunos puderam perceber **vários problemas enfrentados pelos professores catarinenses, como por exemplo, o grande número de turmas e turnos trabalhados, problemas relacionados com a formação dos docentes, as dificuldades na infraestrutura de nossas escolas públicas catarinenses.**

Após a apresentação do “Novo Ensino Médio” e dos dados do Censo Escolar no Ensino Médio em Santa Catarina, partimos para as discussões entre os alunos. Onde puderam expor suas opiniões e até mesmo sanar suas dúvidas.

E por fim, o trabalho que foi realizado com os alunos tinha por objetivo fazer um comparativo entre como que se deu o ensino médio estudado pelos alunos e este “Novo Ensino Médio”:

*ALUNO A: “ A resposta é nítida, e nesse sentido, há necessidade da mudança do ensino médio, mas primariamente deve ser feito o investimento que é obrigação do Estado e do Governo realizar, para que posteriormente venham as melhorias.”*

*ALUNO B: “Meu Ensino Médio foi em uma escola particular na cidade de Tubarão, SC. Eu estudei lá desde que entrei no ensino Fundamental, com 6 anos, pois meus pais acreditavam que o ensino seria mais completo e de maior qualidade, já que ambos estudaram em escolas públicas e não tiveram experiências tão boas. O grande foco do colégio quando entramos no ensino médio passou a ser o Vestibular, foco em aprovações. Tive ótimos professores, no entanto, muitas vezes o foco parecia exclusivamente no conteúdo que seria cobrado em vestibular, e não em suas aplicações práticas na vida; diversas atividades extras que tínhamos acesso antes como dança, música, artes tornaram-se escassas, principalmente pela*

*falta de tempo para atividades extras, estudar para provas ocupava a maior parte do tempo. Quando entrei no Ensino Superior foi um grande baque, pois vi que muitas coisas que havia “aprendido” no Ensino Médio, agora não tinham aplicação nenhuma em minha vida, pelo menos não que eu soubesse como aplicar.”*

*ALUNO C: “Para que a proposta do Novo Ensino Médio fosse acertiva e gerasse resultados promissores seria imprescindível que os professores fossem valorizados e reconhecidos como necessários para que uma educação de qualidade possa ser ofertada. Incluo neste, inclusive, valorização por aumento salarial, respeito pelos docentes por transmitirem o conhecimento, oferecimento de uma melhor qualidade de vida aos mesmos.”*

*ALUNO D: “Acredito que a estrutura educacional para ter transformações efetivas necessita de mudanças que não se restrinjam a falarmos em currículo, mas os meios físicos que necessitam ser criados para atender a essas novas necessidades. Além disso, é necessário estarmos atentos aos recursos humanos é tarefa mais que indispensável. Oferecer condições para o quadro docente é propiciar a estes profissionais a possibilidade de pensarem e criarem melhores estratégias de ensino dentro da própria profissão, de terem melhores condições psíquicas para atender as necessidades de alunos com necessidades não só intelectuais, mas também sociais, e de valorizarem, por meio de digna remuneração financeira, o esforço pela atividade intelectual dispendida.”*

*ALUNO E: “Em relação ao novo Ensino Médio acredito que é fundamental o investimento na educação para que isso venha a funcionar, na minha opinião se não houver recursos a discrepância de ensino será muito maior do que já é atualmente, pois implica na contratação de novos professores e de um espaço adequado, laboratórios, salas, para que se possa obter algum resultado. Acredito que o Governo precisa ouvir os estudantes e ser capaz de atender aos seus projetos de vida, além de criar meios efetivos para que os novos currículos atendam às expectativas e demandas dos tempos atuais.”*

## Referências

BRASIL. CNE/CEB. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Etapa da Educação Infantil. 2018.

CNE/CEB. Resolução nº 4/10. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2010. Disponível em: Acesso em 18/05/2019.

COSTA, G. L. M. O ensino médio no Brasil: universalização do acesso e condições de trabalho. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 45, p. 237-253, jan./abr. 2018.

CURY, C. R. J. A qualidade da educação brasileira como direito. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 35, p. 1053-1066, 2014.

Educação e Sociedade. Dossiê Centralidade do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101733020170002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101733020170002&lng=pt&nrm=iso)

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*: São Paulo. Vol.32 no.93, maio/ago. 2018.

FRIGOTTO, G; MOTTA, V. C. DA. Por que a urgência da reforma do ensino médio?. Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 38, p. 355-372, 2017.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394** de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

[SILVA, Monica Ribeiro da](#). **A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso**. *Educação em Revista*: Belo Horizonte. Vol.34, 2018.

SILVA, M. R. **O golpe no ensino médio em três atos que se completam**. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. Políticas Educacionais no Brasil pós-golpe. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018.

SILVA, M. R.; FERRETTI, C. J. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 38, p. 385-404, 2017.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: Acesso em: 24 jul. 2018.

Retratos da Escola. Dossiê A Reforma do Ensino Médio em questão. Vol. 11. n. 20, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 31 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.415/17**. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio**. Brasília: MEC. Versão Final, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Minuta. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aos dispositivos da Lei nº 13.415/2017**. Brasília: CNE, novembro, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>

2.2.3 **Indicadores Educacionais e o “novo” Ensino Médio: um direito ameaçado?** Professor Mestre Deivid Vitoreti Geraldi

O encontro proposto para o dia 05 de setembro de 2020 abordou uma discussão sobre análise de dados relativos ao Ensino Médio presentes em indicadores educacionais selecionados. Para a discussão sobre estes dados, iniciou-se o encontro com uma apresentação acerca da discussão teórica sobre o direito à educação básica com qualidade, sobre o acesso dos estudantes ao ambiente escolar e valorização docente, **características do PNE (Plano Nacional de Educação) e EC 95 (Emenda Constitucional 95)**, e também, **sobre a reforma do Ensino Médio com base na Lei 13.415/17**. Nesta parte introdutória do encontro, teve-se por objetivo contextualizar aspectos do Ensino Médio relativos ao momento atual da reforma em curso.

Consequentemente, direcionou-se a exposição para características da reforma do Ensino Médio, apresentando pontos relativos aos itinerários formativos, carga horária

destinada à formação do Ensino Médio, e as possibilidades de desdobramentos que os sistemas de ensino podem aplicar de acordo com a referida reforma.

Com relação ao currículo do Ensino Médio, percebe-se que a divisão do currículo entre uma parte destinada à formação comum e outra parte subdividida em itinerários formativos dos quais cada estudante cursaria apenas um se constitui, na verdade, na negação do direito a uma formação básica completa e comum a todos, como previa a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) em sua origem, ao compreender o Ensino Médio como “educação básica”. A impossibilidade de se assegurar esse sentido de educação básica trazida pela reforma resulta no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais.

Com relação às reflexões acerca da carga horária da formação comum no Ensino Médio tem-se, como ponto de partida, a seguinte reflexão de Carlos Jamil Cury:

Vejo com muito desagrado que a parte comum tenha ficado restrita a 1.800 horas. Eu não sei como entender aquilo que a LDB diz, sobre [o ensino médio ser] a consolidação e aprofundamento do ensino fundamental como etapa conclusiva da educação básica, com opções ou itinerários que vão de alguma maneira fragmentar essa formação. (CURY, 2019).

Além disso, outro ponto relevante abordado trata-se das disciplinas em caráter obrigatório instituídas com a reforma, de tal forma que, reconhecer apenas a matemática e a língua portuguesa como disciplinas curriculares e transformar as demais disciplinas do atual currículo em componentes e temas transversais, traz certamente um enorme prejuízo do ponto de vista da formação humana e técnico-científica para os estudantes. Tudo o que não é português e matemática é delegado aos estados. Isso quebra a unidade do Ensino Médio no Brasil, porque, por mais que esse documento esteja sendo chamado de base comum, o que ele efetivamente propicia é a quebra de uma unidade mínima entre os currículos estaduais do ensino médio no Brasil.

Ou seja, uma separação no currículo dividindo-o em dois momentos: um, destinado à formação básica comum, e outro, subdividido em cinco itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional) dos quais cada estudante faz apenas um. A principal crítica a essa formulação diz respeito ao enfraquecimento do sentido do ensino médio como “educação básica”, consagrado na LDB de 1996 e que pressuporia uma formação comum.

A partir desta apresentação e discussão iniciais, na sequência, apresentaram-se dados relativos à indicadores educacionais. Os dados apresentados referiram-se ao Brasil, ao estado de Santa Catarina e ao município de Imaruí.

Os seguintes indicadores educacionais foram abordados:

#### **Educação Infantil**

- Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)
- Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)

#### **Ensino Fundamental**

- Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)
- Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.

#### **Ensino Médio**

- Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica
- Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa

#### **Alfabetização de jovens e adultos**

- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
- Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade

#### **Ensino Superior**

- Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)
- Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)

Os dados presentes nos indicadores educacionais supracitados foram analisados e cotejados juntamente com reflexões dos autores que refletem sobre as perspectivas atuais da educação. Também foram consideradas nas reflexões as metas previstas no PNE (Plano Nacional de Educação), no PEE (Plano Estadual de Educação) e PME (Plano Municipal de Educação) a fim de vislumbrar as possibilidades de contemplar as metas propostas nos referidos planos a partir dos dados atualmente disponíveis. Estas reflexões realizadas, corroboraram com a visão de Saviani, para o qual: “um país que não cuida seriamente da educação de suas crianças e jovens, propiciando às novas gerações uma formação adequada, está cassando o próprio futuro” (SAVIANI, 2013, p. 759).

Deste modo, após a apresentação, reflexão e discussão dos dados presentes nos indicadores educacionais fez-se uma proposta de exercício reflexivo. Foram apresentados dois blocos de questionamentos para que os alunos participantes, a partir das reflexões e discussões realizadas na apresentação inicial, elaborassem um texto dissertativo respondendo os questionamentos propostos.

Abaixo tem-se as questões selecionadas e utilizadas como direcionamento para efetivação da atividade proposta:

**1 – Reminiscências do Ensino Médio:**

- A turma na qual fazia parte era uma turma homogênea sob o ponto de vista da idade, ou seja, iniciaram o Ensino Médio com 15 anos e concluíram com 17 anos?
- Colegas da 1ª Série que não concluíram o Ensino Médio com 17 anos?
- Reprovaram ou abandonaram?
- Possíveis causas? O currículo? Outras questões intraescolares? Questões extraescolares?

**2 – Indicadores Educacionais:**

- Educação Básica, um direito negado?
- Educação Superior, um privilégio?
- Percebe avanços?
- Convive ou tem conhecimento de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que não estão cursando o Ensino Médio e/ou não estão na escola?
- O contexto em que está inserido e os dados apresentados convergem? Perspectivas?

Estes questionamentos puderam ser apresentados pelos alunos participantes no encontro realizado e, posteriormente, fora solicitado que o texto desenvolvido individualmente seria enviado pelo ambiente virtual para formalização da atividade proposta. E assim conclui-se a realização do encontro.

**ATIVIDADE 01**

Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL  
Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE  
Professor: Deivid Vitoreti Geraldi

ALUNO A

*Direcionamentos:*

*1 – Reminiscências do Ensino Médio:*

- *A turma na qual fazia parte era uma turma homogênea sob o ponto de vista da idade, ou seja, iniciaram o Ensino Médio com 15 anos e concluíram com 17 anos?*

*Resposta: Sim, a maioria era da mesma idade.*

- *Colegas da 1ª Série que não concluíram o Ensino Médio com 17 anos?*

*Resposta: Não.*

- *Reprovaram ou abandonaram?*

*Resposta: Sim, na época houve algumas desistências no 1º ano, alguns reprovaram.*

- *Possíveis causas? O currículo? Outras questões intraescolares? Questões extraescolares?*

*Resposta: Por causa de trabalho, eles não conseguiam conciliar com a escola e por isso abandonavam. Na maioria das vezes não tinham condições, e outros por não gostarem mesmo, falavam que no futuro não precisariam dos estudos.*

## *2 – Indicadores Educacionais:*

- *Educação Básica, um direito negado?*

*Resposta: Sim.*

- *Educação superior, um privilégio?*

*Resposta: Sim.*

- *Percebe avanços?*

*Resposta: Poucas em relação a educação do nosso país, ainda falta muito para se tornar um exemplo. Muitos ainda não têm acesso à uma boa escola com professores de qualidade, infraestrutura adequada, o que deveria ser um direito a todos os seres humanos.*

- *Convive ou tem conhecimento de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que não estão no cursando o Ensino Médio e/ou não estão na escola?*

*Resposta: Sim, alguns.*

ALUNO B

***Professor: Deivid Vitoreti Geraldi  
Proesde Desenvolvimento Regional  
12 de setembro de 2020.***

### ***Memorial sobre reminiscências do Ensino Médio.***

*Me chamo Maria Luiza Serafin e cursei meu ensino médio no Instituto Estadual de Educação, minha turma na grande maioria era formada por alunos entre 15 e 17 anos, portanto se encaixa como uma turma homogênea no que se refere a idade dos alunos. Lembro-me de*

*alguns alunos (poucos) que eram repetentes, sendo assim, esses não completaram o 3 ano com 17 anos.*

*Sobre reprovação e desistência, houve algumas reprovações ao longo desses três anos de ensino médio, mas não consigo me recordar agora se houve casos de desistência em questão de problemas pessoais por exemplo.*

*Ademais, em minha opinião o fator reprovação acontecia por dois motivos, por uma menor dedicação do aluno no período escolar, e também por falta de incentivo por parte da escola e professores, durante os três anos que cursei o ensino médio no IEE senti falta de um maior apoio por parte dos professores para com os alunos, as frequentes greves que aconteciam durante o ano letivo, ajudavam no decair do rendimento escolar de toda a turma.*

*Diante disso, a educação básica se tornou um direito negado a partir do descaso que a educação vem recebendo com o passar do tempo, se tornando cristalino que o ensino superior é um privilégio daqueles que possuem acesso.*

*Em questão da evolução em termos de educação, temos por nítido que seu processo ainda é “lento”, necessitando de um aprimoramento o mais rápido possível, isto porque muitos pontos precisam ser mudados e ajustados para que a educação no Brasil se torne referência mundial, a evolução precisará atender demandas desde a infraestrutura escolar até o método de ensino aplicado aos estudantes*

## **Referências**

CURY, Carlos Jamil. O Ensino Médio sempre foi a pedra de toque da desigualdade social expressa na desigualdade educacional. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-ensino-medio-sempre-foi-a-pedra-de-toque-da-desigualdade-social-expressa-na>. Acesso em: 04 de set de 2020.

IBGE. Fonte dos dados absolutos sobre Imaruí. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imarui/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013.

2.2.4 Políticas públicas educacionais para o desenvolvimento e o Direito à educação Prof. Dr. Gilvan Luiz Machado Costa

A educação é um direito social e humano e, no Brasil, está inscrito na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Pela LDB 9.394/96 a educação brasileira se organiza em dois níveis de ensino: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica compreende três etapas. Abrange a escolarização de zero a 17 anos e leva a compreendê-la como ampliação do “direito” (CURY, 2008). Tomá-la como direito implica em compreendê-la como educação de base, como etapas conjugadas sob um só todo (CURY, 2008).

Entendida como direito, a Educação Básica, no contexto brasileiro, significa “um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural” (CURY, 2008, p. 294). No entanto, só se efetiva com sua oferta de qualidade social: acesso e permanência de todos com a apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos. Uma escola média de qualidade social, que garanta o acesso, a permanência e o “sucesso” dos estudantes [...] “exige elevado investimento; o desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral; exige professores qualificados e bem pagos, espaço físico adequado, com biblioteca, laboratórios, computadores, quadras esportivas e outros recursos”. (KUENZER, 2010).

Recentemente o currículo do Ensino Médio mais uma vez ganhou destaque. Três atos apontam para o “Novo” Ensino Médio: a Lei 13.415/17 – Reforma do Ensino Médio, a BNCC Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM/2018). As tentativas de reformulação do currículo do Ensino médio são recorrentes e evidenciam disputas em torno dos sentidos e finalidades desta etapa da Educação Básica. A MP 746/2016, a Lei 13.415/2017, a RESOLUÇÃO nº 03/2018: Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aos dispositivos da Lei nº 13.415/2017 e a BNCC do EM evidenciam projetos em disputa.

Os reformadores fazem apologia ao fracasso, apontam como saída à mudança curricular e ignoram as ausências relacionadas, por exemplo, à infraestrutura física das escolas. De forma açodada a MP 746/2016 transformou-se rapidamente na Lei 13.415/2017. O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras leis da área e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A Lei 13.415 amplia o tempo na escola destacada no art. 24 [§ 1º](#) (...) mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. O Ensino Médio é dividido em

duas partes. A Primeira parte é para todos e se pauta na BNCC, conforme o Art. 35-A. A Segunda parte traz os itinerários formativos, a saber:

- ☞ I - linguagens e suas tecnologias;
- ☞ II - matemática e suas tecnologias;
- ☞ III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- ☞ IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- ☞ V - formação técnica e profissional.

Para o estudante menos favorecido, ainda que ele pudesse de fato “escolher” o itinerário formativo, “essa é uma maneira de retirar dele a sua formação mais geral, empobrecendo sua visão de mundo e limitando suas oportunidades de vida e de progressão que ele só tem via escola” (FREITAS, 2017). Fica evidente a negação do direito a uma formação integral comum e a privação aos estudantes menos favorecidos do acesso ao conhecimento e formas de produção da ciência e suas implicações éticas, políticas e estéticas.

A lei desconsidera que os jovens têm direitos de: estar no Ensino Médio de qualidade social para todos; escolas com infraestrutura adequada; professores Formados e valorizados; professores em tempo integral e de formação Plena. A Reforma do Ensino Médio amplia as desigualdades educacionais que marcam o processo formativo da juventude brasileira e retira dos jovens, sobretudo os da escola pública, o direito a uma formação plena, de qualidade, como requer e estabelece a Constituição Federal de 1988, consolidando o processo de *apartheid* social dos mais pobres. A reforma ignora um contingente expressivo de jovens impedidos de se apropriar dos conhecimentos científicos historicamente produzidos, “profunda contradição, diante da presença das ciências e da tecnologia na vida cotidiana” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 620). O PNE, o PEE-SC e PME-Imaruí estabelecem metas que para serem atingidas exigirão elevar o volume de recursos financeiros aplicados em educação para, por exemplo, expandir a matrícula, garantir adequado percurso formativo dos estudantes e elevar a qualificação dos professores do EB. O financiamento das metas do PNE está previsto na meta 20, que determina, até 2024, a aplicação de recursos públicos equivalentes a 10% do PIB na educação brasileira, o que significa quase que dobrar o volume de recursos financeiros atuais.

Necessário para expandir a quantidade de estudantes com qualidade socialmente referenciada. O que precisamos de fato fazer é ampliar as oportunidades de acesso e permanência, pois “um país que não cuida seriamente da educação de suas crianças e jovens, propiciando às novas gerações uma formação adequada, está cassando o próprio futuro” (SAVIANI, 2013). A educação necessita configurar-se como de qualidade para todas e todos.

Isto porque, qualidade sem universalidade torna-se privilégio de poucos e universalização sem qualidade, configura-se como fraude. O Brasil tem uma grande dívida com as crianças e os jovens e com os profissionais da Educação. O compromisso e a concretização nas metas do PNE, dos 27 PEEs e nos 5.570 PMEs, mostram-se fundamentais. E Imaruí? A Lei nº 1.873, de 10 de junho de 2015 institui o Plano Municipal da Educação.

A meta 3 é a meta do Ensino Médio: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência desse Plano, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Após uma discussão, em sala de aula, constatou-se com base nos dados apresentados ao longo dos oito primeiros encontros, que há jovens de Imaruí excluídos da escola e do Ensino Médio. Para garantir o direito à educação seria necessário trazê-los para o Ensino Médio. O compromisso e a concretização das metas do PME mostram-se fundamentais. A qualidade social de todas as etapas da EB só será materializada com todas as crianças e jovens nas escolas, nos anos/séries adequadas a idade e a efetiva apropriação dos conhecimentos científicos historicamente produzidos.

## **ATIVIDADES**

*Atividade PROESDE – aula do dia 12/09/2020 - Período manhã.*

*Professor: Gilvan Luiz Machado Costa*

*Aluno A*

*Pergunta direcionadora: Para garantir o direito à universalização do EM com qualidade social importa? O que temos? O que deveríamos ter?*

*Comentário: Penso que é sim muito importante garantirmos a universalização do Ensino médio com qualidade social. Temos atualmente uma realidade em que algumas matérias são mais valorizadas do que outras, que o jovem (que é o público alvo dessa ação) não é ouvido, suas ideias são questionadas, porém não são idealizadas como prática - parece apenas para “fingir” que esse adolescente é escutado -, não há busca de utilização de meios alternativos para as aulas, quando se quer realizar aulas práticas ou de campo, não há o espaço físico adequado ou recursos financeiros disponíveis para um saída de campo.*

*Imagino que deveríamos ter justamente o contrário, a inclusão dos jovens estudantes na criação das ideias, busca por melhores espaços para aulas práticas e saídas de campo e,*

*principalmente, a valorização das matérias de forma igualitária, pois penso que cada uma delas possui sua contribuição para formação do estudante como indivíduo.*

**Atividade PROESDE – aula do dia 12/09/2020 - Período manhã.**

**Professor:** *Gilvan Luiz Machado Costa*

**Aluno B**

### *Memorial descritivo Ensino Médio*

*Eu me chamo Daiane Ribeiro do Prado, e na época em que cursei o ensino médio, eu morava em Caxias do Sul – RS. Estudei num colégio estadual chamado Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza.*

*A infraestrutura do colégio era boa, tinha quadras de esportes, ginásio coberto, salas de artes e laboratório de química, auditório, biblioteca, refeitório, entre outros. Porém eu estudava a noite, e no período noturno não tivemos acesso a nenhum destes espaços. Os estudantes do dia tinham 5 períodos de aula. Nós tínhamos apenas 4, não tínhamos artes, educação física, por exemplo.*

*No período do dia tinha o curso PPT e magistério, mas a noite era só o PPT e com um período a menos. Tínhamos constantes greves e falta de professores. Mas isso acontecia em quase todos os colégios estaduais da minha cidade.*

*Como a maioria dos meus colegas, eu também parei de estudar por não conseguir conciliar trabalho e estudo, terminando então o ensino médio num supletivo.*

*Vendo hoje esta proposta de Novo Ensino Médio, vejo que estamos avançando com respeito a educação. O meu filho tem 16 anos e está no segundo ano, no Cedup, em Tubarão (onde moramos hoje) e eles oferecem ensino médio integral com opções entre Mecânica, Enfermagem e Informática. Meu filho faz informática e eu vejo o real interesse dele em se esforçar nos estudos. Obviamente eu observo que ele gosta muito mais das matérias de informática do que das normais. Mas vejo isso como um grande incentivo para o adolescente estudar. Creio que este novo modelo de ensino médio será um divisor de águas a educação dos nossos adolescentes.*

### **Referências**

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CURY, C. R. J. A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO DIREITO. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 619-638, 2011.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

SAVIANI, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, M. R. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS v.9, n.17 e 18, p. 61–74, 2015.

2.2.5 **Inter-relação: Educação, capital humano e desenvolvimento regional:** Professor Mestre Fernando Fabichaki Pereira

A proposta de tema para o encontro do dia 19 de setembro teve como abordagem uma leitura do contexto educacional atual a partir da relação educação, capital humano e desenvolvimento regional. O trabalho levou em consideração as discussões realizadas pelo docente na dissertação intitulada Formação e condições de trabalho dos professores de humanidades<sup>8</sup> nos três estados do Sul do Brasil, realizado no Programa de Pós-graduação em Educação da UNISUL. Por sua vez, compreendemos necessário fazer uma discussão sobre a história do processo de consolidação das políticas educacional no Brasil, assunto abordado na dissertação do docente, que vem ao encontro da temática sugerida. Os trabalhos foram divididos em dois momentos.

### **1º MOMENTO**

Num primeiro momento aconteceu a socialização por parte dos estudantes, das experiências que os mesmos tiveram quando da passagem pelo Ensino Médio, etapa tão importante e, ao mesmo tempo, tão ameaçada na formação do sujeito.

Os estudantes puderam compartilhar suas experiências verbalmente, expondo as impressões, os desejos, os limites, os problemas e o aprendizado que tiveram nessa etapa da educação básica.

Após o momento de verbalização das experiências, partimos para a apresentação consolidada das políticas educacionais no Brasil nas últimas três décadas, abrangendo os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. A história da política educacional brasileira é muito densa, tendo a participação de muitos agentes públicos, privados e pesquisadores do campo da educação envolvidos diretamente na consolidação das políticas públicas relacionadas ao processo educacional brasileiro. Para

---

<sup>8</sup> Entendemos por Humanidades as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física. Tais componentes curriculares foram especialmente atingidos com a Reforma do Ensino Médio.

tanto, partimos do pressuposto de que fazer uma análise de políticas educacionais de governos determinados é algo extremamente complexo.

A análise, para ser efetiva e consistente, precisa levar em consideração a historicidade, o momento político e econômico e as influências externas para compreender as políticas educacionais. Assim, fica claro que não podemos fugir das reflexões ideológicas de mercado impostas pelos governos, utilizando-se da educação como pressuposto de construção de uma sociedade desenvolvida.

Ao longo do processo de redemocratização do Brasil, a partir da consolidação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passa por uma série de intervenções na formação de um novo país e, para isso, era necessário uma mudança nas relações do próprio Estado com a formação de seus cidadãos. Conforme Dourado (2002, p. 235),

a crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais [...] são prescritas como caminho para o desenvolvimento econômico.

Não pode ser negado que a Constituição de 1988 estabelece uma organização política da nação, mediante uma federação de estados e municípios. Por sua vez, no que se refere à educação, existe autonomia da União, estados e municípios para o estabelecimento e gerenciamento de sistemas de ensino próprios, resultando em mais de 5.500 sistemas municipais, 27 estaduais e um de responsabilidade do Governo Federal, sendo independentes entre si (DURHAM, 2000).

Esse modelo de gestão atinge diretamente a educação no Brasil na década de 1990. A educação passa a ser vista como uma mercadoria que necessita ser rentável e que deve compactuar com a ideologia neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Assim, os grandes interventores da agenda brasileira configuram-se no Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além de agências ligadas diretamente à Organização das Nações Unidas (ONU) (DOURADO, 2002).

As políticas educacionais brasileiras, no governo FHC, foram, inegavelmente, influenciadas por esses organismos internacionais que tentavam comandar as ações mundiais em todos os campos, sob a ótica do capital. Várias conferências e declarações surgiam com orientações a serem observadas pelos dirigentes dos países com o objetivo de alinhar a formação dos cidadãos, mediante a educação, aos princípios econômicos liberais. Desse modo, observamos que no governo de Fernando Henrique Cardoso

as políticas públicas são reorientadas por meio, entre outros processos, da reforma de Estado que [...] engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas

de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (DOURADO, 2002, p. 241).

Uma ação mais sólida e consistente do governo FHC a respeito da educação foi a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN, aprovada em 1996, fruto de uma exaustiva e combativa discussão, com intelectuais de todas as áreas, a sociedade civil, diversas entidades comprometidas com a educação, conduzidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Ao analisarmos o contexto da educação no duplo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, percebemos que houve mudanças nas políticas educacionais que orientam as práticas educativas em nosso país. Contudo, a priori, parece que num primeiro momento esses avanços foram mais tímidos do que o esperado por grande parcela dos estudiosos da educação.

Das ações empreendidas pelo governo Lula no seu primeiro mandato como presidente do Brasil, aquela que mais trouxe impacto foi a ampliação do fundo que custeia a educação básica: o FUNDEB. Esse foi um marco importante na concepção de uma educação de qualidade socialmente referenciada, pois se tornou o principal mecanismo de financiamento de toda a educação básica que abrange as três etapas integradoras: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, é importante destacar o avanço quanto a remuneração dos profissionais do magistério com a implantação do Piso Salarial Profissional, sob a Lei nº 11.738/2008.

No governo da presidenta Dilma, alguns pontos merecem destaque e impactaram profundamente o desenvolvimento da educação no território brasileiro. Um dos pontos relevantes foi a criação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)

É salutar resgatar a importância do Plano Nacional de Educação aprovado sob a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Após quatro anos de discussão, debates e alterações em todas as instâncias do Congresso Nacional, temos um plano em vigência de 2014 a 2024, compreendendo 14 artigos, 20 metas e 254 estratégias.

O governo de Michel Temer, advindo do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, envia ao Congresso Nacional a MP nº 746/2016, contendo a proposta de um novo ensino médio. A prática desenvolvida pelo governo de agir com medidas provisórias e ações unilaterais demonstra um exacerbado desejo de impor suas vontades. “Efetua um verdadeiro

desmonte na política educacional e na redução de direitos da maioria da população” (LINO, 2017, p. 77).

Percebemos que o desejo real de uma reforma do ensino médio é o alinhamento econômico, mediante a profissionalização da mão de obra, tornando-a adequada ao desenvolvimento do trabalho e, conseqüentemente, do pretendido crescimento econômico, sendo “mais uma vez o carro-chefe do projeto neoliberal” (LINO, 2017, p. 81-82).

## **2º MOMENTO**

No segundo momento do encontro com os estudantes, partimos para uma análise do contexto dos docentes de Humanidades do Sul do Brasil à partir dos dados extraídos para a dissertação do docente, a fim de costurar uma discussão sobre a problemática da educação e seus aspectos métricos.

Foram apresentados algumas tabelas que serviram de esteio para as discussões sobre alguns aspectos que compõem a formação do docente. Conforme Kuenzer (2011), deve-se dar importância fundamental no que tange à formação dos professores que atuam no Ensino Médio, haja vista que esta é uma etapa importante na formação dos novos cidadãos, constituindo-se a melhor opção para os jovens que descendem da classe trabalhadora. Por outro lado, de acordo com Alves e Pinto (2011), as pautas em políticas educacionais que são desenvolvidas para o aumento de uma educação de qualidade devem, necessariamente, estar relacionadas com aspectos da formação desses profissionais, duração da jornada de trabalho, remuneração e carreira. Assim, analisamos o perfil dos professores de humanidades dos estados do Sul do Brasil, a fim de compreender os elementos constituidores destes docentes quanto à formação.

A análise dos dados e posterior discussão possibilitou o vislumbre dos entraves na educação, partindo apenas do pressuposto formativos dos docentes que lecionam no Ensino Médio. Essa realidade pode ser ampliada para as demais etapas da educação e se relaciona com a qualidade do ensino, sua positivação e a legitimação da educação como caminho para o desenvolvimento regional e nacional. As discussões aconteceram partindo da análise da faixa etária dos docentes de Humanidades, o Sexo, escolaridade, formação no componente curricular ministrado, além da especialização, mestrado e doutorado.

## **Referências**

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

GONÇALVES, S. R. V. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

LINO, L. A. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017.

SIMÕES, W. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59, jan./jun. 2017.

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

DURHAM, E. R. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 231-254, out. 1999.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011.

### 3 CONCLUSÃO

Os primeiros encontros do 2º Módulo do PROESDE oportunizaram uma reflexão sobre a natureza da educação e sua relação com o desenvolvimento regional em articulação com os direitos humanos e a responsabilidade social. Nos encontros finais, os alunos discutiram o direito à universalização do Ensino Médio com qualidade social; discutiram aspectos da Lei 13.415/2017 e do Novo Ensino Médio para Santa Catarina; foram

apresentados e discutidos indicadores da última etapa da educação básica catarinense; e tiveram a oportunidade de cotejar suas experiências com as vivências de alunos brasileiros que cursaram o Ensino Médio em outro país, a partir do relato sobre a realidade do Ensino Secundário em Portugal, feito por um professor/convidado daquele país. Ao longo dessa segunda sequência de atividades, entendemos que os alunos finalizaram o projeto elaborado e socializado no **I Seminário de Avaliação e Integração**, que foi realizado no dia 26/09, envolvendo os Eixos I e II.

#### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CURY, C. R. J. A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO DIREITO. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 619-638, 2011.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

SAVIANI, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, M. R. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS** v.9, n.17 e 18, p. 61–74, 2015.